

# **Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas**

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas  
em São Tomé e Príncipe**

## **ORGANIZADORES**

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

## Ficha Técnica

**Título:** Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas  
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

**Organizadores:** Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

**Colaboração:** Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

**Autores:** Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

**Revisão:** Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

**Financiamento e Apoios:** FCT, CPLP, Delta

**Organização do Seminário:** Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

**Outros Apoios no âmbito do Seminário:** FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

**Local:** Lisboa

**Ano:** 2009

**1.ª Edição** (Janeiro 2009)

**Tiragem:** 400 exemplares

**Capa e Maquetização:** Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

**Edição:** Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.  
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa  
e-mail: gerpress@sapo.pt

**Depósito Legal:** 287.969/09

**ISBN:** 978-989-96094-0-2

# Contributo do Ecoturismo para o Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe

Yossene Santiago (Escola Superior Agrária de Coimbra)

## Introdução

Neste trabalho pretende analisar-se a forma como o ecoturismo pode contribuir para o desenvolvimento rural em São Tomé e Príncipe, mais especificamente nas roças e espaços naturais envolventes. Identificam-se os pontos-chave para uma actuação neste campo e mostra-se como o fomento da actividade ecoturística pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural, para a diversificação da economia rural, para a revitalização das antigas roças e ainda para a conservação da biodiversidade e dos habitats. A metodologia seguida consiste numa breve caracterização socioeconómica do país e da população rural e no levantamento da oferta ecoturística local a nível das agências de viagens e dos empreendimentos turísticos. Por fim, são sugeridas algumas medidas para um incremento mais efectivo da actividade ecoturística no meio rural e natural de São Tomé e Príncipe.

## I. Caracterização Socioeconómica do País e do Mundo Rural

São Tomé e Príncipe é um pequeno arquipélago de 1.001 km<sup>2</sup>, situado no golfo da Guiné, cuja economia esteve durante séculos confinada à produção agrícola em regime de monocultura até aos anos 90, momento em que se deu início a um conjunto de reformas sociais, políticas e económicas. A distribuição de terras aos antigos trabalhadores assalariados, introduziu uma profunda alteração no sistema produtivo do cacau e do café. O Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (PPA-DPP) pretendia abranger cerca de 7.000 famílias (cerca de 35 mil pessoas), ou seja, cerca de um quarto da população de São Tomé e Príncipe e metade da população rural. Em termos de áreas, estas pequenas parcelas atribuídas representarão mais de 40% da área agrícola do país (PNUD, 2002).

A economia do arquipélago está assente essencialmente na agricultura, voltada especialmente para a cultura do cacau, que representa 96% das exportações do país. Dados mais recentes (INE, 2008) indicam que agricultura absorve ainda 30% da população activa e que contribui com uma percentagem de 30% para o PIB. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005, a pobreza afecta 54% da população, santomense, vivendo 15% em situação de pobreza extrema. A pobreza é um fenómeno essencialmente rural, pois, 65% da população rural vive abaixo do limiar da pobreza.

## 2. Situação actual do Turismo Rural e Ecoturismo em São Tomé Príncipe

Nos últimos anos tem havido algum esforço para a implementação efectiva do ecoturismo nas roças e espaços naturais de São Tomé e Príncipe. Desses esforços resultaram alguns projectos ecoturísticos em desenvolvimento nas ilhas, nomeadamente a roça S. João, a roça Bombaim, a roça Chamiço, a roça Monte Forte, o Jalé Ecolodge e o Jardim Botânico de Bom Sucesso. Na ilha do Príncipe estão em curso actividades ecoturísticas nas roças Belo Monte e Sundy. Não são conhecidos os dados estatísticos quanto a procura ecoturística no país, no entanto, através de uma análise feita aos pacotes oferecidos pelas agências de viagens que operam no país e pelas agências e operadores turísticos estrangeiros que operam com o destino São Tomé e Príncipe, através da análise aos organismos de promoção turística do país e através da análise aos serviços turísticos prestados pelos empreendimentos de turismo localizados em espaços rurais e naturais, verifica-se:

- que o turismo nas roças e espaços naturais tem uma dimensão mínima e uma percentagem pouco significativa na receita turística do país, face ao potencial.
- que não se registam impactos económicos e sociais significativos na vida das populações rurais, pois, na maior parte dos casos, a população local não participa na produção e na prestação dos serviços ecoturísticos, sendo executados por pessoas alóctones.
- um avançado estado de degradação das infraestruturas económicas e sociais das roças que sirvam de recurso para actividade turística;
- a falta de infraestruturas básicas como saneamento do meio, sistemas de abastecimento de água, electricidade, estradas entre outros;
- a falta de uma estratégia dirigida especificamente ao mercado ecoturístico e ao turismo em espaço rural, por parte das entidades promotoras;
- a fraca procura e baixa permanência dos turistas nas roças e empreendimentos em espaços naturais, pois muitos pacotes incluem dormidas de um dia ou visitas apenas a esses locais;
- a falta de infraestruturas adaptadas às actividades turísticas;
- a falta de iniciativas empreendedoras por parte da população endógena, que acaba por ser um elemento neutro dentro do sistema turístico.

Face a tais constrangimentos, as políticas, as estratégias e os projectos do sector turístico devem fundamentar-se em planos integrados com vista a responder satisfatoriamente aos diferentes grupos de interesse em causa.

### 3. Ecoturismo e Desenvolvimento Rural, Pressupostos

O ecoturismo é uma modalidade turística desenvolvida em espaços rurais e naturais cuja prática pressupõe respeitar uma filosofia baseada nos princípios da sustentabilidade, ou seja proporcionar benefícios económicos, sociais e ambientais às pessoas intervenientes, de forma duradoura e que, em simultâneo, minimizem toda e qualquer forma de impacto negativo dela resultante. Os principais pressupostos do ecoturismo são:

- resultar numa relação de partilha de culturas, vivências e experiências;
- ser uma prática menos espoliativa e agressiva da cultura e do ambiente local do que formas tradicionais de turismo;
- contribuir para a boa gestão, conservação e ainda recuperação dos recursos e do património natural, histórico e cultural.
- a participação activa da população local no desenvolvimento das actividades turísticas;
- incorporar no planeamento dos projectos medidas de prevenção e minimização de impactos negativos que advêm da actividade turística, implementando-as durante o desenvolvimento dos projectos. É fundamental a monitorização das actividades e uma acção rápida, caso haja situações a corrigir.

Face à progressiva degradação do sistema produtivo do cacau e do café, enquanto fontes principais de receita, é urgente encontrar soluções que ajudem a travar a degradação das roças, oferecendo alternativas de desenvolvimento para as populações rurais e que ajudem a erguer a economia do país. O Desenvolvimento Rural é um processo de carácter territorial e multifacetado pois articula diversos sectores e actividades de âmbito económico, social, cultural e ambiental, bem como a participação de pessoas das mais variadas esferas de acção. Tal como o ecoturismo, o processo de desenvolvimento rural deve ir de encontro às necessidades locais e apoiar-se dos recursos endógenos, tais como as pessoas, os recursos naturais, as capacidades e habilidades locais e, ao mesmo tempo, incorporar a componente da inovação e da criatividade.

### 4. Contributo do Ecoturismo para o Desenvolvimento Rural

- a) Infraestruturas, Bens e Serviços: tendo em conta que o turismo é uma indústria consumidora de bens, serviços e recursos vindos dos mais variados sectores desde a agricultura, comércio, transportes, comunicações, entre outros, e tendo em conta que o turismo exige que necessariamente haja todo um conjunto de infraestruturas básicas como a água potável, electricidade, redes viárias e saneamento necessárias a esta actividade, pode afirmar-se que o incremento do ecoturismo funcionará indubitavelmente como uma alavanca para a desenvolvimento rural.

- Nesta óptica, a revitalização da economia rural deverá passar pela diversificação do sector produtivo, comportando a actividade principal das roças que é a agricultura, a exploração de recursos florestais, a indústria transformadora e pelo incremento da actividade ecoturística, que inclui um vasto conjunto de serviços tais como o alojamento, a restauração, a animação, a educação ambiental e, por último, mas não menos importante, a conservação do património natural, histórico e cultural local.
- b) **Produtos Certificados:** o ecoturismo é uma actividade que dá preferências aos produtos locais. A diversificação da produção agrícola permite obter um melhor equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado. A certificação é um instrumento de protecção e de promoção de produtos com características especiais, podendo tornar-se num trunfo importante para o mundo rural, nomeadamente nas zonas desfavorecidas ou periféricas mediante, por um lado, a melhoria do rendimento dos agricultores e, por outro, a fixação da população rural nessas zonas. Embora conhecidos, são totalmente inexplorados os elementos que diferenciam o cacau santomense dos outros. A certificação do cacau como produto de Denominação de Origem Protegida (DOP) seria uma forma de privilegiar o principal produto das roças, dadas as suas qualidades reconhecidas. A certificação em modo de Produção Biológica e a Indicação Geográfica Protegida (IGP) são outros processos que poderiam ser considerados.
- c) **Manutenção e Conservação da Biodiversidade e dos Habitats:** O ecoturismo é também um movimento que luta pela conservação da biodiversidade e de habitats pois defende em termos legais a existência de espaços (habitats) e de espécies protegidas, impõe limites quanto ao acesso e à exploração desses recursos e ainda permite, através da componente interpretativa e educativa, valorizar esse conjunto de recursos. A educação exige estudo e conhecimento prévio do meio. É nesse sentido que o ecoturismo se torna num poderoso instrumento de educação e de conservação.

## **5. O Incremento da Actividade Ecoturística no Espaço Rural e Natural**

O incremento do ecoturismo em espaços rurais, as roças, e naturais, pode ser feito mediante um conjunto de iniciativas tais como:

- iniciativas empreendedoras por parte das comunidades locais;
- criação de entidades públicas ou privadas que coordenem e que promovam o Ecoturismo, criação de infraestruturas que permitam a qualquer turista aceder directamente e desfrutar dos serviços sem que necessariamente haja intermediação de agências de viagens ou dos hotéis;

- segmentação da oferta através da criação de produtos 100% ecoturísticos;
- certificação dos produtos locais mais representativos das roças (Denominação de Origem Protegida, Indicação Geográfica Protegida, Agricultura Biológica, etc.);
- criação de rotas temáticas e centros com actividades interpretativas (Rota do cacau, do café, das aves, dos picos, árvores emblemáticas, etc.);
- criação de trilhos com devida sinalização turística nos meios rurais e semi-naturais;
- dinamização de actividades de animação de carácter desportivo ou cultural;
- organização, limpeza e reabilitação do espaço rural no sentido de criar serviços de alojamento e restauração nas roças como complemento do rendimento local;
- apoio técnico e financeiro às iniciativas locais de carácter cultural, ambiental, social ou económico;
- regulamentação da actividade ecoturística, do turismo em espaço rural e de toda a actividade turística em geral.

## Conclusão

O sucesso do ecoturismo enquanto instrumento de desenvolvimento rural e a obtenção de bons resultados depende da implementação de uma política de desenvolvimento activa e interventora que envolva a população local, as organizações governamentais e não governamentais. O sucesso do ecoturismo depende ainda duma política de sustentabilidade que aposte na formação técnica de locais para o empreendedorismo em Ecoturismo, que apoie as iniciativas locais e que considere durante o planeamento estratégico do turismo em geral os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades para o país.

## Bibliografia

- Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2005). Programa de Acções Prioritárias 2006-2008 - São Tomé e Príncipe. <http://usuarios.lycos.es/antropogeo/expostp2003/saotomexpo2003.htm>
- OAKLEY, Peter e MARSDEN, David (1987). Approaches to Participation in Rural Development. Geneva, International Labour Office. <http://www.abreu.pt/programacao.aspx?cat=PR&prog=16218>
- OMT (2003). Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Porto Alegre, Bookman, Organização Mundial do Turismo. <http://www.ambitur.pt/site/news.asp?news=3251>
- UNDP (2002). “As Mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano”. Relatório do Desenvolvimento Humano. São Tomé e Príncipe, UNDP. <http://www.gcg.st/>
- [http://es.geocities.com/caueass/stp\\_info/stp\\_imatges.htm](http://es.geocities.com/caueass/stp_info/stp_imatges.htm) <http://www.goldtours.st/>
- <http://www.ine.st/> <http://www.marapa.org/pages/pt/ajude/ajude.html>
- <http://www.montepico.blogspot.com> <http://www.navetur-equatour.st/Excursions.htm>
- <http://www.stptourism.st/>

# **Contributo do Ecoturismo para o Desenvolvimento Local Sustentável em Cabo Verde. Estudo e planeamento operacional de um modelo de desenvolvimento numa abordagem de cooperação**

Irene Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal & Institut d'Études Politiques de Bordeaux, France)

## **Introdução**

Os destinos exóticos,<sup>1</sup> tais como as ilhas,<sup>2</sup> representam uma parte importante no mercado do turismo (Dutermé, 2006). Atraem por diversos motivos: representam destinos longínquos; os câmbios são vantajosos; fruem condições meteorológicas agradáveis; ou ainda, fazem parte dos produtos-tendência (Rapport, 2006: 2). Mas, estes destinos também possuem um reverso da medalha, correspondendo a outra realidade nem sempre visível para o turista, ou que este prefere não ver<sup>3</sup>. É importante saber qual é a face escondida destas ilhas. De facto, são muitas vezes Estados do Sul, com todas as especificidades que possuem. Isto conduz-nos a duas coisas: primeiro, a definição da expressão Países do Sul e a especificidade insular; segundo, a relação entre estes países e o turismo.

## **2. Os países do Sul (insulares)**

A expressão Países do Sul é, em si, polémica, devido ao facto de não existir nenhum consenso na definição. Esta locução cobre uma vasta realidade, representando essencialmente uma facilidade de linguagem. Existem muitos termos ou expressões que podem ser aproximados a esta locução, devido à multiplicação de categorias e subcategorias para classificar estes países que têm um nível de desenvolvimento inferior aos dos ditos países do Norte (imagem 1).

1 O turismo em direcção a lugares exóticos, chamados paradisíacos, é por vezes o objecto central das agências de viagens, ou pelo menos constituem uma parte importante daquilo que elas oferecem, como podemos ver em *Tourisme Autrement*, <http://www.tourisme-autrement.com/exotiques.php> (12 de Março de 2008).

2 Uma ilha, segundo o *Direito Internacional*, é uma zona natural formada de terra, cercada de água; corresponde ao que está acima de água na maré-cheia in *United Nations*. [http://www.un.org/Depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/part8.htm](http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/part8.htm) (19 de Abril de 2008).

3 Como se pode constatar com o caso do ilhéu das Rolas em STP onde a população local é obrigada por decisão do Estado a sair do ilhéu, dado o acordo entre o Grupo Pestana e o Estado Santomense.

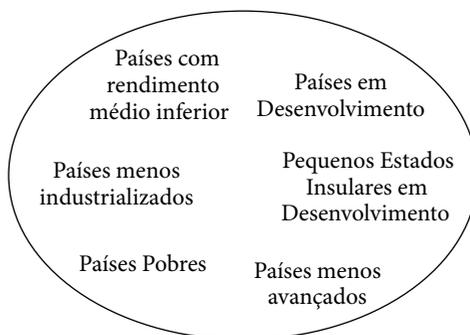


Imagem 1 - O conjunto discordante dos Países do Sul

Estes exemplos demonstram que a maior parte das denominações para estes países são raramente a manifestação de uma identidade positiva do Sul. Logo, a expressão Países do Sul permite, hoje e por comodidade, opor a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) ao mundo com problemas (Darbon, 2007). Nesta classificação, interessam-nos particularmente os Países do Sul que são pequenos e insulares, que se chamam Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID, ver imagem 2).<sup>4</sup>

Antigua and Barbuda	Guyana	Grenadines
Aruba	Haiti	Samoa
Bahamas	Jamaica	Sao Tome and Principe
Bahrain	Kiribati	Seychelles
Barbados	Maldives	Singapore
Belize	Malta	Solomon Islands
Cape Verde	Marshall Islands	Suriname
Comoros	Mauritius	Tokelau
Cook Islands	Micronesia, Federated Estates	Tonga
Cuba	of Nauru	Trinidad and Tobago
Cyprus	Netherlands Antilles	Tuvalu
Dominica	Niue	US Virgin Islands
Dominican Republic	Palau	Vanuatu
Fiji	Saint Lucia	Papua Nova Guinea
Grenada	Saint Vincent and the	Saint Kitts and Nevis

Imagem 2 - Lista dos PEID do SIDSnet

<sup>4</sup> Existe uma rede electrónica de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, chamada SIDSnet, criada em resposta às recomendações do plano de Acção de Barbados de 1994 e que faz a ligação entre os 43 PEID do Pacífico, Caraíbas, Atlântico, Índico, Mediterrâneo e África. O objectivo principal da rede é utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para apoiar a implementação dos objectivos enunciados pelo Plano de Acção de Barbados. O projecto foi lançado em 1998 através do Programa de Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável. Actualmente o projecto é gerido pelo serviço da Água, dos Recursos Naturais e dos PEID do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais da Nações Unidas (ONU/DAES) in Small Island Developing States Network. <http://www.sidsnet.org/francais/5.html> (12 de Março de 2008).

A insularidade conduz a especificidades e limitações. A literatura sobre o tema não é vasta: são sobretudo análises sectoriais sobre países com problemas particulares, que não são sempre susceptíveis de generalização. Pode-se dizer, de uma maneira geral, que os PEID são identificáveis a partir de um conjunto de traços físicos, como o tamanho, a insularidade (isolamento) e são qualificados muitas vezes de lugares paradisíacos (principalmente pelas suas praias e pelo clima ameno). Logo, independentemente da localização geográfica, estas especificidades constroem estes Estados na sua procura de desenvolvimento.<sup>5</sup>

### 3. A procura de desenvolvimento

Vários são os paradigmas de desenvolvimento. As numerosas teorias, essencialmente económicas tentam explicar o desenvolvimento, quer por causas endógenas, quer por causas exógenas: a teoria do *take-off* de John Rostow; a teoria da modernização; as teorias estruturalistas, dualistas; as teorias marxista, maoísta, de imperialismo, de dependência; a teoria do determinismo geográfico; por vezes por teorias racistas (incapacidade de se desenvolver).<sup>6</sup> Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os países do Norte mobilizaram-se na ajuda para o desenvolvimento dos países em dificuldade com as ajudas públicas para o desenvolvimento (Gabas, 2006). O objectivo era, ao início, um desenvolvimento económico (ligado à noção de progresso) com o alargamento aos nossos dias da tomada em conta de novas problemáticas como as humanitárias ou as ambientais, que introduziu progressivamente a concepção de desenvolvimento sustentável,<sup>7</sup> conceito correspondente a “um desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras a responder às suas” (Relatório Brundtland, 1987). Em todas estas análises de desenvolvimento e de procura para se desenvolver, o turismo apareceu como sendo um meio satisfatório (e de fácil colocação em prática) para que estes países atingissem os objectivos de desenvolvimento económico (Chien, 2007: 8) e até, às vezes, social ou ambiental, numa lógica de desenvolvimento sustentável<sup>8</sup>. Assim, os PEID procuram o desenvolvimento, idealmente sustentável, dados dois motivos principais :

- são Estados com um nível de desenvolvimento inferior aos países desenvolvidos e procuram formas de desenvolvimento rápido, preferencialmente sustentável;
- são Estados Insulares, o que aumenta as dificuldades dado o isolamento e a escassez de recursos.

5 *Small Island Developing States Network*. <http://www.sidsnet.org/2.html> (12 de Março 2008); *United Nations*. <http://www.un.org/french/smallislands2005/presskitF.html> (12 de Março de 2008).

6 *La documentation française*. <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/revues-collections/problemes-economiques/theories/theoriesdevelop.shtml> (2 de Março de 2008).

7 *Agora 21*. <http://www.agora21.org/dd.html> (1 de Março de 2008).

8 *Caire, Gille*. Le tourisme peut-il être un élément de développement durable?. [http://www.tourisme-durable.net/article.php3?id\\_article=9](http://www.tourisme-durable.net/article.php3?id_article=9) (12 de Março de 2008).

Esses factores dificultam a paz positiva, tal como definida por Galtung. Uma situação de não guerra, pode ser paz positiva ou paz negativa. Uma paz positiva pressupõe um nível reduzido de violência directa e um elevado nível de justiça; a procura de harmonia social, da justiça e da igualdade, e da eliminação da violência estrutural (violência gerada pelas estruturas: a desigualdade que existe no seio da sociedade que impede as pessoas de satisfazer as suas necessidades básicas). Uma situação de pobreza é por si um problema estrutural, que pode conduzir a uma violência estrutural (Galtung, 1996).

#### 4. O turismo como factor de desenvolvimento

A qualificação destes lugares como sendo ilhas paradisíacas demonstra que são ideais, ou pelo menos na óptica do turista. O turismo é, *stricto sensu*, a expressão de uma mobilidade humana e social fundada num excedente orçamental susceptível de ser consagrado ao tempo livre passado no exterior da residência principal,<sup>9</sup> este excedente orçamental indo directamente ao sector turístico. O turismo responde a uma certa necessidade de evasão conduzindo a uma mudança de ambiente momentâneo ou periódico<sup>10</sup>. Este sector representa para os Países do Sul, e particularmente para os PEID considerados paradisíacos, uma oportunidade ou uma maneira de se desenvolver, sobretudo do ponto de vista económico. De facto, numerosos são os turistas dos Países Desenvolvidos interessados nestes destinos. O turismo para um PEID é, ou torna-se, um sector prioritário por cinco motivos, segundo Brígida Brito (2004: 2), o turismo:

- é um factor de promoção do crescimento económico;
- favorece a modernização das infraestruturas internas;
- é um factor de ligação entre o país e o mundo, minimizando os constrangimentos impostos pelo isolamento, pela distância em relação aos principais centros internacionais e pela reduzida dimensão;
- requer o aumento e a diversificação dos conhecimentos, da qualificação da mão-de-obra gerando a criação de novos postos de trabalho com aperfeiçoamento das práticas;
- quando planeado é um mecanismo de valorização das potencialidades naturais e culturais reduzindo os efeitos da degradação e da destruição decorrentes da exploração não controlada.

9 *Implica pelo menos uma noite passada fora do domicílio, bem que segundo algumas definições seja necessário pelo menos quatro ou cinco noites passadas fora de sua casa. O turismo é relativo é uma deslocação de agrado, apoiando-se num ou vários tipos de lazeres conjugados ou sucessivos.*

10 *Enciclopaedia Universalis. <http://www.universalis-edu.com/article2.php?napp=13524&nref=C099048> (2 de Março de 2008).*

Na literatura sobre o turismo nos Países em Desenvolvimento, existe uma polémica: deve-se fazer turismo em países que não representam o ideal democrático, ou que ainda não respeitam os Direitos do Homem?<sup>11</sup> Esta controvérsia encontra-se também em textos menos científicos.<sup>12</sup> Este problema coloca a questão da ética e dos princípios do próprio turista, até do próprio turismo. Para além deste questionamento que se coloca do ponto de vista do indivíduo (turista ou do analista) pondo-se do lado dos países ditos do Norte, a abordagem que interessa aqui é aquela que corresponde à visão que têm os Países do Sul. Como já foi dito anteriormente, o objectivo principal é combater o atraso (comparativamente com os Países Desenvolvidos), ou simplesmente desenvolverem-se sem ter como referencial os países desenvolvidos.

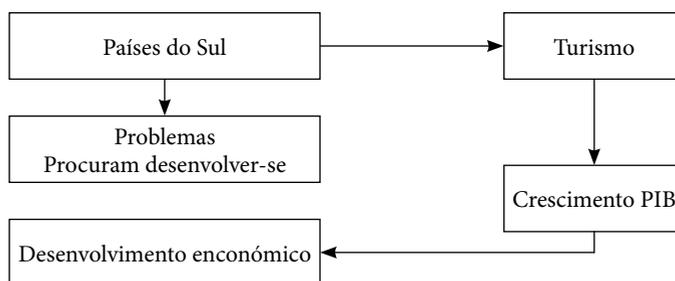


Imagem 3 - O turismo como meio de desenvolvimento económico

O turismo seria uma forma para o país se desenvolver (imagem 3). De facto, o turismo é um sector em crescimento e parece ser um aliciante meio de desenvolvimento para os países do Sul. A relação entre turismo, desenvolvimento e países insulares foi já demonstrada em vários artigos científicos (já atrás referenciados), tendo contudo limites práticos. Por exemplo, o turismo em Países em Desenvolvimento permitiu criar pólos de turismo sexual,<sup>13</sup> uma vez que pode implicar a importação de algumas práticas e hábitos (lícitos ou não) de outros países, como o consumo de drogas;<sup>14</sup> assim a prática do turismo

11 Duterme, Bernard, *op.cit.*; *Enjeux internationaux*. <http://www.enjeux-internationaux.org/archives/num16/index16.htm> (12 de Março de 2008).

12 Pour un tourisme responsable... pour une autre forme de voyage. <http://www.abm.fr/pratique/autrevoja5.html> (4 de Abril de 2008).

13 Para uma maior compreensão do fenómeno, das suas dinâmicas e da sua importância, aconselha-se ver um documentário, como o do turismo sexual no Cameroun, que é ligado à problemática da pedofilia (Envoyé Spécial. [http://www.dailymotion.com/video/x1jw6\\_tourisme-sexuelpedophilie-au-camero](http://www.dailymotion.com/video/x1jw6_tourisme-sexuelpedophilie-au-camero) (12 de Março de 2008)). Também ver a literatura cinzenta: Poulin, Richard (2002), La mondialisation du marché du sexe. CAIRN. [http://www.cairn.info/article\\_p.php?ID\\_ARTICLE=AMX\\_031\\_0109](http://www.cairn.info/article_p.php?ID_ARTICLE=AMX_031_0109) (12 de Março de 2008); Babou, Isabel et Callot, Philippe (2007). Les dilemmes du tourisme. Lassay-les-Châteaux : Vuibert, pp. 5-8. Pode-se igualmente ter uma bibliografia detalhada sobre o tema "Turismo sexual", no site [http://geotourweb.com/nouvelle\\_page\\_13.htm](http://geotourweb.com/nouvelle_page_13.htm) (2 de Abril de 2008).

14 Isto é essencialmente verdadeiro nos países de trânsito da droga, como são os casos das Caraíbas, in *Caraïbe Ex-*

pode trazer impactos sociais negativos superiores aos impactos positivos (maioritariamente económicos). Do ponto de vista internacional, o Estado pode igualmente ser mal visto por este tipo de práticas. Isto é visível em Madagáscar,<sup>15</sup> ou em Cabo Verde,<sup>16</sup> país que, tendo apostado no sector turístico e em que se verifica o aumento da prática do turismo sexual. Utilizando o mesmo caso, a prática do turismo (de massas) pode prejudicar o meio ecológico, por exemplo, com a destruição de habitats importantes (em termos funcionais) para construção de unidades de alojamento.<sup>17</sup>

## 5. Problemática do estágio

As questões que surgem nesta análise serão o fio condutor no trabalho de final do duplo mestrado Cooperação Internacional e Desenvolvimento (IEP-Bordeaux) e Estudos da Paz e da Segurança (FEUC-Coimbra), no departamento de Ecoturismo da Sinergieae, Lda., que consistirá no estudo e planeamento operacional de um modelo de desenvolvimento local, numa abordagem de cooperação.

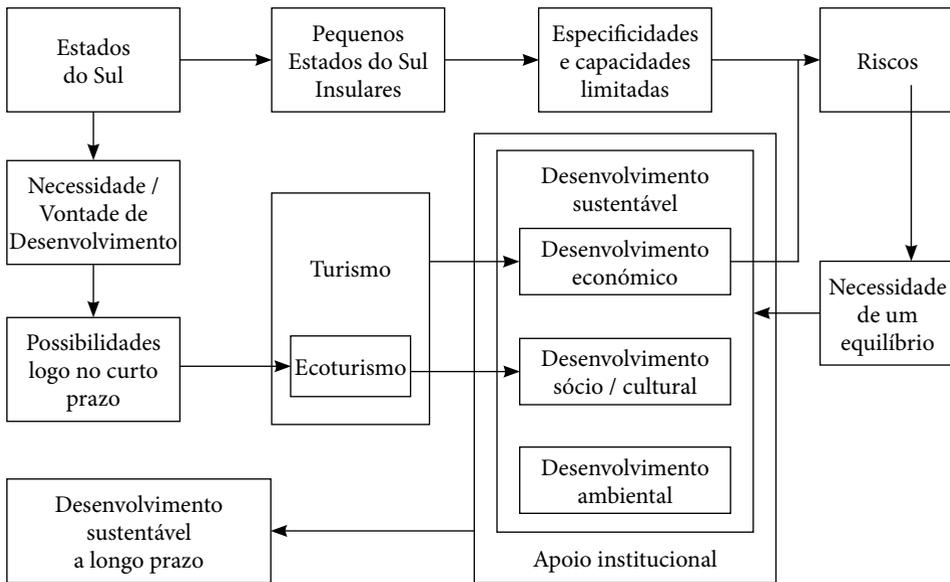


Imagem 4 - Um turismo a caminho do desenvolvimento sustentável

press. <http://www.carai-beexpress.com/spip.php?article979>. (4 de Março de 2008).

15 Afrik.com. <http://www.afrik.com/article6385.html> (12 de Março de 2008).

16 Lauzirika, Nekane. Luis Fernando Carrera: Cabo Verde es el ejemplo de que África puede salir adelante. <http://www.deia.com/es/impresa/2004/12/04/bizkaia/euskadi/42057.php> (8 de Março de 2008).

17 Ambassade de France en République du Cap Vert. <http://www.ambafrance-cv.org/IMG/050601.doc> (1 de Abril de 2008).

Apesar do turismo ser promovido como um modo de desenvolvimento, será que este é uma boa opção? Mais precisamente, será que esta escolha de curto prazo é vantajosa no longo prazo? Será que vai no sentido de um desenvolvimento sustentável e de uma situação de paz positiva? Por outras palavras e no quadro do estágio questiona-se: em que medida o turismo pode ajudar para promover um desenvolvimento sustentável e no mesmo âmbito uma paz de tipo positiva?

O turismo de massas, nascido da democratização da viagem,<sup>18</sup> necessitou de grandes estruturas de transportes de acolhimento sem necessariamente que se preocupassem da concentração espaço-temporal que exigia (Delisle, 2007: 40). Esta prática parece, depois de algumas décadas de experiência que permitiram reflectir, levantar mais problemas que resolver os já existentes (isto é, o problema do desenvolvimento). Todavia, existem outros tipos de turismo que podem constituir soluções satisfatórias para escapar a esta lógica destruidora do meio. O Ecoturismo, que é “uma forma de viagem responsável nos espaços naturais que contribui à protecção do ambiente e ao bem-estar das populações locais”,<sup>19</sup> aparece aqui como uma solução, indo na direcção do desenvolvimento sustentável e de criar condições para uma paz positiva (imagem 4).

Em outros termos, o turismo pode ser um meio de desenvolvimento nacional, mas para que este seja sustentável e atinja o conjunto da população nacional, uma série de critérios tem que ser estabelecidos. Assim, o Ecoturismo parece ser uma opção de futuro, particularmente para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, inserindo-se numa lógica de mercado, e não (somente) numa lógica de solidariedade.

## Bibliografia

- BABOU, Isabel et Callot, Philippe (2007). Les dilemmes du tourisme. Lassay-les-Châteaux, Vuibert.
- BRITO, Brígida (2004). Turismo ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISBN: 978-989-8154-11-8).
- CAIRE, Gille, Le tourisme peut-il être un élément de développement durable?. [http://www.tourisme-durable.net/article.php3?id\\_article=9](http://www.tourisme-durable.net/article.php3?id_article=9) (12 de Março de 2008).
- CHIEN, Vu Manh (2007). Tourisme, croissance et intégration dans l'économie mondiale: les apports du concept de développement durable, Université du Sud Toulon-Var, Laboratoire d'Economie Appliquée au Développement. [http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/25/72/38/PDF/THESE\\_Vu\\_Manh\\_Chien.pdf](http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/25/72/38/PDF/THESE_Vu_Manh_Chien.pdf) (12 de Março de 2008).
- DARBON, Dominique (2007). Les enjeux des Pays du Sud. Bordeaux : Institut d'Etudes Politiques.
- DELISLE, Marie-Andrée et Jolin, Louis (2007). Un autre tourisme est-il possible?, Québec. Presses de

<sup>18</sup> Esta democratização da viagem foi permitida pelos «congés payés, aux vols nolisés et aux voyages de groupes offerts par les voyagistes.» In Delisle, Marie-Andrée et Jolin, Louis (2007). Un autre tourisme est-il possible ?, Québec : Presses de l'Université de Québec, p. 40.

<sup>19</sup> The International Ecotourism Society. [http://www.ecotourism.org/webmodules/webarticlesnet/templates/eco\\_template.aspx?articleid=95&zoneid=2](http://www.ecotourism.org/webmodules/webarticlesnet/templates/eco_template.aspx?articleid=95&zoneid=2) (22 de Março de 2008).

- l'Université de Québec.
- DUTERME, Bernard (2006). Expansion du tourisme gagnants et perdants. Paris, Centre tricontinental et Syllepse.
- GALTUNG, Johan (1996). Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization. Oslo, International Peace Research Institute.
- LAIZIRIKA, Nekane. Luis Fernando Carrera: Cabo Verde es el ejemplo de que África puede salir adelante. <http://www.deia.com/es/imprensa/2004/12/04/bizkaia/euskadi/42057.php> (8 de Março de 2008).
- Pour un tourisme responsable... pour une autre forme de voyage. <http://www.abm.fr/pratique/autre-voya5.html> (4 de Abril de 2008).
- Small Island Developing States Network. <http://www.sidsnet.org/francais/5.html> (12 de Março de 2008).
- The International Ecotourism Society. [http://www.ecotourism.org/webmodules/webarticlesnet/templates/eco\\_template.aspx?articleid=95&zoneid=2](http://www.ecotourism.org/webmodules/webarticlesnet/templates/eco_template.aspx?articleid=95&zoneid=2) (22 de Março de 2008).
- Tourisme Autrement. <http://www.tourisme-autrement.com/exotiques.php> (12 de Março de 2008).
- United Nations. <http://www.un.org> (19 de Abril de 2008).